

CORREIO BRAZILIENSE

06 NOV 2003

TEMA DO DIA/ECONOMIA

POLÍTICA ECONÔMICA

203

Um dia após Palocci anunciar novo acordo com FMI, presidente cobra mudanças nas exigências do Fundo. Segundo ele, governo não aceitará nada que comprometa o desenvolvimento. Mercado financeiro reage mal

Lula quer dar a última palavra

DA REDAÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem em Maputo, Moçambique, que o Fundo Monetário Internacional (FMI) "precisa mudar", e depois minimizou a importância das negociações. Segundo ele, qualquer acordo só poderá ser fechado numa base: o crescimento econômico. "Não haverá acordo impedidivo de crescimento da nossa economia", declarou. "O que vai predominar, na nossa visão, é o crescimento econômico". Também chamou o acordo em gestação de "preventivo".

Horas antes de o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, anunciar, em Brasília, o acordo ao lado da representante do FMI, Anne Krueger, Lula negou que a negociação estivesse para ser fechada. "Não é possível haver acordo com o presidente estando em Moçambique", disse. O impasse criado afetou os ânimos do mercado financeiro (*leia nesta página*).

Na terça-feira, Lula telefonou para Palocci, ao saber, por meio

de jornalistas, das versões de que o acordo seria anunciado. Pediu explicações sobre o que estava acontecendo no Brasil e ontem mandou distribuir aos jornalistas que cobrem a visita à África uma nota curta em que a Fazenda relativiza a presença de Krueger no Brasil. Segundo a nota, a Fazenda e o FMI concluíram da conveniência de se procurar continuar o relacionamento com o FMI no âmbito de um acordo".

Na entrevista de ontem, Lula tentou minimizar a importância do próprio acordo: "O Brasil não necessariamente precisa de um acordo com o FMI. Não precisa sequer dos US\$ 8 bilhões que estão colocados à nossa disposição no acordo do passado".

O presidente também criticou o Fundo. "O ajuste fiscal foi fracassado na maioria dos países. Os países estão precisando voltar a crescer, e é essa a base de qualquer acordo", afirmou. Segundo ele, a decisão do Brasil de estabelecer um superávit fiscal de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para o próximo ano foi "independente". "Foi uma de-

cisão de governo, não do FMI".

Curto-circuito

O presidente demonstrou irritação com o fato de que a comunicação do governo sobre o acordo não havia destacado que o Brasil já pode caminhar com as próprias pernas, sem um novo acerto. Lula disse a Palocci ser importante ressaltar que qualquer novo programa seria "preventivo". "Houve um curto-circuito, um ruído de comunicação, mas não uma crise", disse ontem um integrante do primeiro escalão. O mal-entendido, porém, foi desfeito à noite, quando Palocci confirmou que o Brasil firmará um "acordo preventivo".

Também à noite, o presidente em exercício, José Alencar, ajudou a acalmar os ânimos. "O acordo será fechado e concluído na volta do presidente Lula. É ele quem vai fechar", afirmou, após se reunir com Anne Krueger. "Ela (Anne) demonstrou que está muito satisfeita com a forma como foi conduzido o governo."

■ COLABOROU ADRIANO CEOLIN

204